

CRISES FINANCEIRAS NA PRIMEIRA DÉCADA REPUBLICANA E A SOBREVIVÊNCIA DO SETOR BANCÁRIO MINEIRO: A CONSOLIDAÇÃO DO BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS

Marcus Antônio Croce^a

Resumo

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais foi um empreendimento elaborado por agentes da zona da Mata mineira que já no final do século XIX visavam a necessidade de um estabelecimento de crédito para atender as necessidades agrícolas de sua região, no caso o café, produto de maior importância desse período. A primeira crise econômica que afetou esse banco e a primeira década republicana foi o famoso Encilhamento, onde todos os bancos de Minas Gerais foram sugados pelo furacão especulativo, e a segunda foi a Crise Bancária de 1900, que decretou o fechamento de todas as casas bancárias do Brasil ficando de pé apenas um Banco na praça fluminense e um em Minas Gerais: O Crédito Real de Minas. Resta a nós então, através desse artigo, detectar as diretrizes tomadas por esse banco para garantir a sobrevivência do setor bancário mineiro.

Palavras Chave: Crise. Crédito. Bancos.

Abstract

The *Banco de Crédito Real de Minas Gerais* was a venture developed by agents of the area of forest that mining at the end of the nineteenth century, aimed at the need of a credit institution to meet the agricultural needs of the region, where the coffee, major product of this period. The first economic crisis that affected the bank and the first decade was the famous Republican Encilhamento, where all banks in Minas Gerais were sucked by Hurricane speculative, and the second was the Banking Crisis of 1900, which decreed the closure of all Brazil's banking houses leaving only one standing in the square bank and one in Minas Gerais: The Credit Real de Minas. Left to us then, through this article, notice the guidelines adopted by the bank to ensure the survival of the banking sector mining.

Keywords: Crisis. Credit. Banks.

1 – Introdução

O foco do nosso artigo procura demonstrar como o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, na primeira década de sua fundação, sobreviveu a duas crises financeiras que ocorreram na primeira década republicana.

^a Doutorando em Economia pelo Cedeplar-UFMG, bolsista da Capes

Na primeira crise, conhecida como "O Encilhamento", o banco por nós referido ficou conhecido em seu estado de origem, Minas Gerais, como o *filho órfão do Encilhamento* (DULCI 1999, p.49), uma vez que, todos os bancos de Minas foram sugados pela especulação encerrando suas atividades, ficando apenas nosso banco pesquisado a assegurar as transações bancárias nas terras mineiras.

A segunda crise, "A Crise Bancária de 1900", segundo estudiosos a pior crise bancária que o país já conheceu, o banco foi além. No Brasil, enquanto todos os bancos fechavam os seus *guichets*, o Crédito Real de Minas Gerais, juntamente com o Banco da Lavoura e Comércio do Rio de Janeiro, foram os únicos sobreviventes. Tal acontecimento repercutiu de tal forma que o banco mineiro foi condecorado até no cenário internacional (Jornal do Credireal 101 anos - Agosto de 1990).

Para explanar detalhadamente os fatos ocorridos acima e seus reflexos na economia brasileira, dividimos nosso artigo em quatro tópicos. O primeiro aborda como surgiu a idéia e a necessidade de se fundar uma instituição bancária na Zona da Mata Mineira, uma vez que tal região era um centro periférico agro-exportador de café, produto esse que representava a maior fonte de riqueza na balança comercial brasileira do período (LEVI, 1995, PIRES, 1999, CROCE, 2008).

Dentro desse tópico, também verificamos como o Banco de Crédito Real de Minas Gerais despontou e com pouco tempo de existência já apresentava uma trajetória ascendente. Já no segundo tópico, entramos na primeira crise financeira que o banco enfrentou, o Encilhamento, demonstrando como tal crise atingiu o mercado de capitais mineiro e como as diretrizes prudenciais efetivadas pela direção do Crédito Real surtiram efeito.

O terceiro tópico detectamos como a "Crise Bancária de 1900" que, através de fontes primárias, foi possível perceber a devassa financeira que assolou o Brasil e como o Crédito Real de Minas Gerais, acompanhado somente de mais um estabelecimento bancário, saiu ileso desse quadro.

No quarto e último tópico decidimos destacar um cruzamento teórico sobre as crises financeiras que escolhemos para nosso trabalho, visando encaixá-las no contexto por nós pesquisado.

É importante ressaltar que, além da vasta bibliografia e referenciais teóricos sobre tais crises financeiras que abordaremos nesse trabalho existentes no meio acadêmico brasileiro, as quais muitas delas utilizaremos aqui, destacamos que, a respeito desses episódios e seus reflexos em Minas Gerais as pesquisas são quase que inéditas. Por isso deixamos claro que, nosso “corpus documental” também se sustenta. O acesso privilegiado que tivemos de fontes empíricas como jornais, processos e balancetes, dentre outros, nos permitem apresentar um trabalho significativo no contexto da história econômica brasileira.

1 – A Formação de um Sistema Financeiro na Zona da Mata Mineira

Na fase final do período imperial, com a abolição da escravatura, abre-se na cidade pólo da zona da Mata mineira, Juiz de Fora, novas formas de investir, aumentar e acumular capital. Devido sua produção de café, principal fonte de renda da região e sua importância no contexto econômico do período, juntamente com a construção da Rodovia União e Indústria, que ligava Juiz de Fora ao Rio de Janeiro, muitos imigrantes estrangeiros e nacionais aportaram nessa localidade com a perspectiva de investir em novos ramos setoriais (CROCE, 2008).

O último ano do Império (1888) era propício para isso. Em nossa concepção foi nesse momento, especificamente, com o evento da abolição da escravatura, que se iniciou o chamado Encilhamento, e não no início da República como muitos afirmam (VIANNA, 1978. LIMA, 1976). Como sabemos o início da conjuntura do Encilhamento foi de intensa euforia, a Bolsa de Valores começava a se manifestar (VIANNA 1978 pp.43-44), e tal início dessa conjuntura permitiu a criação do Banco de Crédito Real a inaugurar já contando como um instrumento de crédito do governo (CROCE, 2008).

A idéia de fundar um estabelecimento bancário na zona da Mata mineira já havia se consolidado com a fundação do Banco Territorial e Mercantil de Minas em 1887, porém seus administradores não tinham uma visão mais arrojada de expansão comercial (MASCARENHAS, 1954 pp. 131-137). Foi nesse momento que surge a concepção de se inaugurar o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, uma vez que seu idealizador, João Ribeiro de Oliveira e Souza, juntou empresários de ramos como têxteis, comerciais e

agrários para consolidar o investimento, criando assim uma sociedade anônima (CROCE, 2008).

Devido a curta distância entre a zona da Mata mineira e o Rio de Janeiro, essa região mineira criou um laço de dependência muito forte com o mercado financeiro fluminense. Laço esse que gerava problemas para a aceleração do desenvolvimento da zona da Mata mineira, pois tal dependência envolvia fatores negativos como burocracia em se obter crédito, longo prazo para entrada de capitais nas áreas necessitadas e dificuldades de locomoção (Jornal do Credireal 101 anos, 1990 p.5).

Em 23 de janeiro de 1889, acontece a primeira Assembléia de constituição de Sociedade Anônima para a fundação do banco de Crédito Real de Minas Gerais, e, através de uma longa trajetória envolvendo meios políticos e burocráticos, aparecem os resultados. Em 22 de agosto de 1889, D. Pedro II expede a Autorização de Funcionamento sendo que em 5 de setembro de 1889, o Crédito Real de Minas Gerais inicia suas atividades (SÁ, 1992 p. 38).

A cautela política no período em que a monarquia a cada dia perdia espaço para os republicanos demonstra o planejamento bem estruturado da instituição. A elaboração da primeira formação hierárquica do banco, com intenção do banco não enfrentar riscos políticos durante seu funcionamento, uma vez que a transição monarquia/república já se mostrava iminente foi constituída da seguinte forma: na presidência Visconde de Monte Mário (membro do Partido Liberal), na vice-presidência, Barão de Sta Helena (membro do Partido Conservador), e como secretário Bernardo Mascarenhas (republicano). (CROCE, 2008 pp. 134-135).

As fontes empíricas as quais tivemos acesso no Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, demonstram que o fator político em muito influenciava as diretrizes de uma instituição financeira nesse período. Os contatos políticos entre diretoria do Banco e Governo sucederam em uma Carta de Autorização Imperial seguida uma semana depois de um contrato governamental incluindo o Crédito Real de Minas entre os bancos que iriam compor a lista de estabelecimentos que prestariam serviços referentes ao auxílio à lavoura. Tais fatores para serem concretizados contaram com o laço de amizade pessoal entre o

Visconde de Monte Mário, presidente do banco e o então ministro da Fazenda, Visconde de Ouro Preto.

Além da cautela política utilizada, o gerente do banco, João Ribeiro, valendo-se da condição de proprietário de um jornal de grande circulação regional o "Diário de Minas", utiliza esse mecanismo para promover o banco em outras localidades (CROCE, 2008 p. 135).

É importante lembrar que o Banco de Crédito Real de Minas Gerais iniciou suas atividades ainda no período imperial e num período bem próximo a abolição da escravatura. Como forma de ajuda aos fazendeiros que queixavam-se da perda de escravos, o governo imperial decide através do gabinete da Fazenda, realizar um empréstimo a juros baixos destinado a lavoura (LEVI, 1995. FRANCO, 1990).

Ficava a cargo do tesouro nacional passar aos bancos um montante sem juros, que seria repassado aos agentes agrícolas a juros de 6% ao ano (LEVI, 1995). O Banco de Crédito Real de Minas Gerais entra nesse processo recebendo do governo 800 contos de réis de adiantamento, mas o contrato celebrado com o Império seria feito da seguinte forma. O governo repassaria ao banco 2000 contos divididos em 10 parcelas de 200, porém comprometia-se o banco sempre comprovar o destino das parcelas anteriores de repasse ao meio rural. Podemos observar esse processo no primeiro balanço do banco, sob custódia do Museu do Banco de Crédito Real.

O negócio firmado entre banco e governo foi muito proveitoso para o banco, uma vez que se instalou na perspectiva de ser um banco direcionado para o crédito real na área agrícola, ou seja, negociar com garantias reais como hipoteca. Os resultados foram imediatos. Vejamos através da tabela abaixo, como a posição da Mata mineira inverteu com relação à dependência financeira de se obter empréstimos na praça do Rio de Janeiro;

TABELA 1
Participação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais na Distribuição de Capital para a Lavoura Cafeeira de Juiz de Fora 1890/1919. (valores em mil-réis)

Década	DIV.TOTAL	B.C.R.	%	R.J.	%
1870/79	309.819	-----	-----	144:477	46,63
1880/89	1.022:570	-----	-----	768:649	75,16
1890/99	199:209	143:939	72,46	1:211	0,60
1900/09	613:996	438:776	71,46	73:868	12,63
1910/19	109:517	73:000	66,65	2:263	2,06

FONTE: Inventários Juiz de Fora - 1870/1929 Apud: PIRES, Anderson. *Café, Finanças...*op. cit. p- 202.

A proclamação da república paralisou a negociação entre governo e banco. O novo ministro da Fazenda Rui Barbosa, rompe as parcelas e rescinde os contratos, porém estipulando um prazo de 17 anos para que o banco saldar sua dívida com o governo. Tal fato não deixou de ser um bom negócio para o banco, pois o mesmo Rui Barbosa autorizou o banco a operar com uma carteira comercial que até então o estabelecimento não possuía (CROCE, 2008).

O Crédito Real de Minas já começava a demonstrar sua trajetória de prudência e segurança nos negócios, pois acertou sua dívida com o governo antes do prazo estipulado. Em 1900 aproveitando um desconto de 6% a.a. o banco salda sua dívida com oito anos de antecedência (CROCE, 2008 - SOUZA, 1925).

O banco utilizou o recurso proveniente do governo em empréstimos sob garantia hipotecária de 15 anos enquanto outros bancos utilizaram esse mesmo recurso em aplicações de risco na Bolsa, lastreados apenas por papéis sem garantias devido ao clima de euforia no início da conjuntura do Encilhamento (CROCE, 2008).

As operações do Crédito Real de Minas não tiveram muita expansão, pois dependentes das letras hipotecárias os empréstimos foram reduzidos, embora a cotação elevada das letras estarem sempre em um mercado restrito. A abertura da carteira comercial do Crédito Real de Minas foi feita através de uma reunião da assembleia de acionistas com muita sensatez, atribuindo a atenção de separar a caixa de escrituração da carteira hipotecária da comercial (SOUZA, 1925). O Banco de Crédito Real de Minas Gerais, diferente da maioria dos outros bancos, se negou a colocar as letras hipotecárias em operações de risco na Bolsa de Valores mesmo com lucros prodigiosos e rápidos (CROCE, 2008 - SOUZA, 1925).

O banco inspirado por seus fundadores a funcionar nos moldes do Banco *Crédit Foncier* da França, demonstrava desde seu planejamento a presença de uma administração baseada em conceitos de solidez e progressão. Com uma trajetória de ascensão meteórica, o estabelecimento em 10 anos de existência obteve um aumento de capital na ordem de 1.400%, ou seja, no ano de sua fundação (1889) seu capital era de 500 contos e, em 1899 já atingia o capital de 7.000 contos distribuídos 1.000 contos na carteira comercial e 6.000 na Carteira Hipotecária (CROCE, 2008 - GIROLETTI, 1988).

A distribuição de seu capital demonstra por si só a direção das operações tomadas pelo Crédito Real de Minas. Podemos constatar que, com garantias sólidas como hipotecas e operações de crédito como desconto, sob o rigor das leis institucionais financeiras, fizeram que o nosso banco estudado trilhasse um caminho de evolução ultrapassando um século de existência.

Os resultados da prudência exercida pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais não demoraram a aparecer. Em 1891 começa a estourar a bolha especulativa na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Entra o período negro da Crise do Encilhamento, e é o que veremos no próximo tópico.

2 – O Sobrevivente Mineiro da Crise do Encilhamento

O Jornal do Comércio em 1º de agosto de 1892, noticiava que sobrara um pouco mais de meia dúzia de bancos no Brasil depois do *crack* da Bolsa de valores do Rio de Janeiro, e dentro desse contexto, em Minas Gerais o Banco de Crédito Real de Minas Gerais foi o único sobrevivente (DULCI, 1999 p. 49).

A crise derrubou o ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e quando o novo ministro, Araripe, suspendeu as ações da Bolsa de Valores por oito dias, o castelo de cartas desabou. Porém o Crédito Real de Minas saiu ileso, uma vez que a Carteira Hipotecária do banco não estava envolvida com investimentos de títulos, e na Carteira Comercial do banco só tinha 10 títulos no valor de 2 contos, todos garantidos por serem de uma empresa idônea, a Academia do Comércio, primeira instituição de ensino superior de técnicas contábeis na América do Sul (CROCE, 2008).

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais ganhou uma simpatia e confiança no meio financeiro do país, porém a falência de um grande banco de sua praça, o Banco Territorial e Mercantil de Minas, que causou perdas irreparáveis aos seus correntistas, gerou uma queda de confiança e crédito. Para aumentar mais o clima de tensão existia um fato que o Crédito Real de Minas teria de enfrentar para continuar a sobreviver no mercado financeiro: a presença de diretores pertencentes tanto ao banco falido que nos referimos anteriormente quanto no Crédito Real de Minas (CROCE, 2008).

O episódio demonstra então a capacidade administrativa do diretor-gerente do Crédito Real de Minas, João Ribeiro de Oliveira e Souza. Tal gerente se recusa a aceitar a ordem de diretores envolvidos com as duas instituições para transferir recursos ao banco falido. Diante das insistências, João Ribeiro coloca o seu cargo a disposição três vezes durante o mês de julho de 1892 (Jornal Credireal 101 anos, 1990, p. 6). A maioria da diretoria dá razão ao diretor-gerente, que sai fortalecido do episódio, pois chegaram à conclusão de que o auxílio ao seu congênere falido seria um capital perdido e, certamente, custaria a vida da instituição (CROCE, 2008 pp.138-139).

Diante da crise que se estabeleceu no país e a desconfiança no mercado financeiro, o Crédito Real de Minas Gerais segue em frente, vencendo a crise da Bolsa. Ultrapassada a crise de 1891, a carteira comercial do banco expande suas operações, oferecendo linhas de crédito ao comércio, à indústria e a particulares através de empréstimos a curto prazo, como desconto de letras, conta corrente e outros, sendo que, os números impressionam (SÁ, 1986 - CROCE, 2008).

Em 1894, o banco celebra um contrato com o governo de Minas no qual seria o receptor dos fundos do Estado através de sua agência de Ouro Preto, comprometendo-se a realizar adiantamentos aos cofres da fazenda quando necessário. Um novo contrato banco/estado surge em 1898, no qual o banco se comprometia a fazer empréstimos hipotecários e pignoratícios para lavradores e industriais com juros de 9,5% ao ano. Tais empréstimos seriam realizados a longo prazo para agentes agrícolas e a curto prazo para industriais (cerca de um ano). No ano de 1898 o capital do banco chega à cifra de 7.000 contos (GIROLETTI, 1988 - CROCE, 2008).

A competência do Crédito Real de Minas em operar com limitações em seus campos de ativo e passivo também merece destaque. Em 1889, o banco emitiu 174 letras hipotecárias no mercado, no valor de 100\$000 réis cada, perfazendo um total de 174:000\$000. O prazo de pagamento dessas letras seria de 30 anos com juros de 6% ao ano. Com o aumento de capital em 1894, de 500 contos para 3.000 contos, as letras em circulação chegavam a 1.814:000\$000. Os portadores das letras do banco possuíam cupons, sendo os resgates oferecidos através de sorteios anuais, gerando mais crédito e aceitação de seus papéis no mercado (SÁ, 1986 - CROCE, 2008).

Apesar do sucesso operacional do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, o país ainda vivia um clima de instabilidade e insegurança financeira, provocada pela desconfiança gerada pela Crise de Encilhamento. Em 1898, Campos Sales toma posse da presidência do Brasil, e seu novo ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, elabora um plano de deflação que culminaria em outra crise, a "Crise Bancária de 1900". Veremos nesse próximo tópico então como o banco protagonista desse trabalho se portou diante dessa nova dificuldade.

3 – A Crise Bancária de 1900 e o Reconhecimento do Banco de Crédito Real de Minas Gerais no Cenário Financeiro

Apesar do mercado financeiro brasileiro entre 1891 a 1900 estar passando por um momento delicado, como vimos anteriormente o Crédito Real de Minas continua sua ascensão. Uma prova concreta desse fato é de que, em 1900, o banco, com oito anos de antecipação quitou aquele empréstimo de 800 contos que Rui Barbosa, então ministro do primeiro governo republicano, deu 17 anos para ser quitado. Conforme verificamos no relatório do banco de 28/07/1900:

"A crise intensa da lavoura de café afetou, por igual, todas as relações da vida financeira do País. (...) Operando em zona agrícola, que sente os efeitos imediatos da crise, a administração julgou prudente reduzir o volume de negócios, com receio de comprometer o capital. (...) Entre os negócios mais importantes, salienta-se, no decurso do exercício, a liquidação antecipada do nosso débito com o Tesouro Federal, eliminando-se a verba de 800:000\$000 do passivo." ^a (Relatório do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, 28/07/1900. In: SÁ, A L...op.cit.)

Ao assumir a pasta do ministério da Fazenda do governo de Campos Sales, Joaquim Murinho instala sua política econômica de não emissão de numerários e auxilia o Banco da República do Brasil, órgão oficial de crédito no país, de forma imprudente (SOUZA, 1925).

O Banco do Brasil necessitava de papel moeda para socorrer suas necessidades, porém, Murinho auxilia o banco através de títulos cambiais. A especulação e o vazamento de informações no meio financeiro fazem os bancos estrangeiros elevarem o câmbio, pois

tais agentes sabiam como se procedeu a ajuda do governo ao Banco do Brasil (Jornal Credireal 101 anos, 1990, p. 6-7 - SOUZA, 1925).

O fato levou o Banco do Brasil a vender suas divisas cambiais com deságio, arrecadando assim pouco papel moeda. O resultado dessa catástrofe foi que o Banco do Brasil sucumbiu e levou quase todo o mercado financeiro brasileiro junto com ele, e mais uma vez, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais sobreviveu, juntamente com apenas mais um banco no país. De acordo com um jornal comemorativo de 101 anos do Crédito Real de Minas, existe a notícia que sobreviveram apenas o banco mineiro e o Banco da Lavoura e Comércio do Rio de Janeiro.

A crise só foi solucionada quando Murtinho fez votar no Congresso a grande emissão de 121.845:000\$000 para pagamentos de credores do Banco do Brasil. O efeito que proporcionou essa crise foi um enorme abalo no crédito e paralisação súbita no mercado bancário do país (SOUZA, 1925).

O Crédito Real de Minas, sobrecarregado, limitou suas operações de crédito uma vez que títulos do governo e do Estado de Minas despencaram. O esforço implacável que o banco fez, no período entre 12 de setembro de 1900 a julho de 1901, resultou em um aspecto positivo, pois mesmo com a crise o Banco de Crédito Real de Minas não deixou de pagar os dividendos a seus acionistas, não fechou os seus *guichets* e também não utilizou o recurso de visar cheques que a legislação em vigor lhe garantia (Jornal Credireal 101 anos, 1990, pp 6-7-8).

Percebermos então um fato impressionante que manteve o Crédito Real de Minas como uma instituição ascendente. A tabela abaixo demonstra como se apresenta a carteira de empréstimo do banco no período da crise de 1900 a 1920, e como ela teve um salto significativo:

TABELA 2
Progressão da Carteira de Empréstimos do Banco Crédito Real de Minas Gerais (1897/1920)

JULHO 1897 A JUNHO 1905 (ANUAL)	CONTOS DE RÉIS
Empréstimos hipotecários e pignoratícios	2.490
Empréstimos por descontos e conta correntes	4.182
JULHO 1905 A JUNHO 1913 (ANUAL)	CONTOS DE RÉIS
Empréstimos hipotecários e pignoratícios	3.141
Empréstimos por descontos e conta correntes	7.550
JULHO 1913 A DEZEMBRO 1920	CONTOS DE RÉIS
Empréstimos hipotecários e pignoratícios	3.247
Empréstimos por descontos e conta correntes	25.701

FONTE: SÁ, Antônio Lopes. **Origens de um Banco Centenário**. Edição Comemorativa de 100 anos. Juiz de Fora, 1992 p. 65.

O episódio que descrevemos referente à Crise bancária de 1900 levou o Banco de Crédito Real de Minas e sua diretoria a um reconhecimento no mercado financeiro nacional e até internacional. O diretor-gerente João Ribeiro de Oliveira e Souza, depois desse quadro, foi convidado e assumiu a presidência do Banco do Brasil em 1906, sendo Ministro da Fazenda na gestão do presidente Delfim Moreira. O Banco francês *Comptoir National d'Escompte*, um dos mais significativos no cenário financeiro internacional desse período, se pronunciou da seguinte forma ao se referir ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais:

“Pela marcha de sua conta podemos constatar com satisfação, que as crises nas praças do Rio e Pará em nada influiu nesse acreditado estabelecimento. Este resultado é com certeza devido ao lema prudente e hábil que preside nos negócios do banco em permitam-nos exprimir-lhes todas as nossas felicitações” (Jornal do Credireal 101 anos. Edição Comemorativa– agosto de 1990.)

4 - Um olhar teórico sobre as crises financeiras da primeira década republicana e o papel do Sistema Financeiro de Minas Gerais nesse processo

O campo teórico nos oferece excelentes recursos a serem trabalhados referentes ao nosso tema de pesquisa. Segundo Alfredo de Taunay, no Governo Provisório do ministro Rui Barbosa, criaram-se bancos que acabaram unicamente por estimular o jogo da Bolsa de Valores (TAUNAY, 1894, pp. 7-8). De acordo com nosso ponto de vista, Taunay generalizou esse contexto, o qual merece ser relativizado.

Muitos bancos realmente foram criados nesse período com o único fim de especular, e quando atingisse seu objetivo de arrecadar o lucro de maneira implícita, encerrar suas atividades deixando seus investidores à sorte. Esse o fato foi o caso do Banco de Crédito Universal, que propunha abranger negociações bancárias de qualquer natureza no mundo inteiro, e que nas palavras de João Ribeiro, diretor gerente do Crédito Real de Minas, era *uma verdadeira loucura* (SOUZA, 1925). Porém, nesse mesmo período abordado por Taunay, foram criados bancos que foram liquidados sem dar prejuízo a seus acionistas e que encerraram suas atividades devolvendo o capital aplicado, sendo que tinham objetivos diferentes, e alguns até se consolidaram. Citamos por exemplo o próprio Crédito Real de Minas, que foi criado nesse período especulativo, se consolidou e contribuiu efetivamente

no desenvolvimento de sua região. Colocamos também o exemplo do Banco de Crédito Popular de Minas, que tinha com objetivo fomentar o crédito para setores urbanos e camada popular. Tal banco teve duração efêmera de dois anos, encerrando suas atividades ressarcindo sem prejuízo seus investidores (CROCE, 2008 p. 105 a 113).

Já Roberto C. Simonsen aponta que o motivo da crise financeira na primeira década republicana se deu devido ao despreparo do Brasil em organizar seu processo de abolição da escravatura. De acordo com Simonsen, ao contrário dos E.U.A., no Brasil esse processo foi concretizado mais com bases ideológicas do que com econômicas (SIMONSEN, 1938 pp. 259-260).

Colocando nosso objetivo de trabalho na teoria de Simonsen, vemos como o Banco de Crédito Real de Minas participou desse processo. A questão elaborada por Simonsen deu margens para muitos estudos efetivados nos campos de mercado de trabalho e social. Decidimos contribuir com nosso trabalho estendendo tal teoria também para o campo bancário do período.

O Banco de Crédito Real de Minas recebeu recursos do governo para efetuar auxílio à lavoura em 1889, porém, em curto prazo o negócio é desfeito ocasionado por mudanças no quadro político. Nossa pesquisa demonstra como nosso banco pesquisado administrou tal problema e se beneficiou ainda com o episódio, através da criação de sua carteira comercial, enquanto outros bancos investiram na especulação com a verba governamental, e sucumbiram.

Podemos detectar aí que o Crédito Real de Minas foi um dos poucos do Brasil, e certamente o único de Minas a investir em bases concretas, enquanto os outros sucumbiram por desviar tais recursos para o campo especulativo. Devemos salientar que o pensamento da diretoria do banco determinou esse resultado. Através de levantamentos percebemos que a diretoria explanou sua posição inspirada nos princípios do banco francês *Crédit Foncier* nesse período. Dentro de suas posições de dirigir uma instituição financeira estavam os seguintes princípios:

- 1 - *Constante prosperidade rural*
- 2 - *Avaliação corretora do patrimônio rural*
- 3 - *A prudência e o rigor na emissão de letras*

4 - A salvabilidade sempre pronta do Banco

5 - A garantia do governo (CROCE, 2008 pp. 131 a 136)

O pensamento da diretoria do banco demonstra sua eficácia na trajetória do Banco que acompanhamos. A instituição que começara com o capital de 500 contos e com apenas 100 contos realizados, trilhou um caminho impressionante. Em 1891, com a abertura de sua carteira comercial e as condições propícias do governo frente sua política econômica heterodoxa, seu capital chega a 3.000 contos distribuídos em 15.000 ações, e em 1892 já instalava-se também em Ouro Preto nesse período capital de Minas Gerais (GIROLETTI, 1988 p. 86).

Um debate muito interessante referente ao quadro econômico desse período é a posição de teóricos "papelistas" como Vieira Souto, contra a visão teórica dos "metalistas", no caso Joaquim Murтинho.

De acordo com o pensamento de Joaquim Murтинho que foi a diretriz do contrato *Funding Loan*, referente à dívida externa brasileira e que o fez ser conhecido como "saneador das finanças nacionais", vemos os seguintes escritos:

"A circulação metálica é essencialmente diferente da constituída por papel-moeda; na primeira a matéria circulante representa a riqueza real acumulada e a eliminação de parte dessa matéria determina o empobrecimento na circulação; na de papel-moeda porém o elemento circulante é uma simples promessa de pagamento, um simples título de dívida destruição de parte desses elementos, diminuindo os encargos do devedor, aumenta o seu crédito e o valor dos títulos que ficam em circulação". (Relatório apresentado ao Presidente da república dos estados Unidos do Brasil, pelo Ministro do estado dos Negócios da fazenda, no ano de 1900, a 12ª república, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. In: MELO, 1996).

Segundo Hildete P. de melo, Vieira Souto rebate a posição de Joaquim Murтинho argumentando que se um agente resgata seu título, isso aumenta seu crédito, mas não o valor dos que ficaram em circulação. Na percepção de Vieira Souto, Murтинho afirma que a moeda metálica representa uma riqueza acumulada e sua retirada empobrece a circulação, enquanto o papel-moeda representa um simples título cuja destruição enriquece o devedor. Dentro desse contexto, Hildete P. de Melo capta então a pergunta de Vieira Souto:

"As apólices guardadas no cofre (...) as letras que esperam o dia do vencimento na carteira de um banco, não representa riqueza acumulada por que não são títulos da dívida (...) se

um devedor enriquece pela subtração de um título da dívida, não empobrece na mesma proporção o credor, vítima daquele ato?" (MELO, 1996 pp. 137-138).

Intercalamos aqui um fato muito significativo que demonstra uma forma de pensamento comum entre Vieira Souto e João Ribeiro de Oliveira e Souza, gerente do Crédito Real de Minas: a questão da imprudência do ministro Murinho em socorrer o Banco do Brasil com divisas cambiais, desembocando na crise de 1900.

Segundo Vieira Souto, uma das causas da dificuldade do Banco do Brasil naquele momento era a escassez do meio circulante gerado pela política deflacionária de Murinho, o que fazia os depósitos diminuírem e as retiradas aumentarem; a contração obrigava ao comércio a recorrer aos instrumentos de trocas, o crédito que supre a insuficiência da moeda (MELO, 1996 p.139).

Em julho de 1900, atendendo a um pedido de empréstimo do banco, Murinho ordena um empréstimo de 600.000 libras, vendidas com prejuízo aos bancos estrangeiros, que previamente elevaram a taxa de câmbio para faturarem lucros exorbitantes, com o ouro comprado a bom preço. Daí o clima de desconfiança na praça, prejuízo enorme do Banco do Brasil e a eclosão da crise bancária de 1900 (MELO, 1996 p. 139). Vemos a convergência de pensamentos entre Vieira Souto e João Ribeiro de Oliveira e Souza, quando vemos os seguintes escritos desse último:

"Ao nosso ver, Joaquim Murinho (...) praticou acto menos acertado, deixando a sua sorte o Banco do Brasil, desamparando-o do auxílio necessário para transpor a temerosa crise na qual foi sacrificado (...) firmou-se na sua sábia política não emissionista; quando viu, porém, os horizontes se turvarem anunciando grande borrasca exitou e resolveu prestar o auxílio solicitado, mas de forma contraproducente. O Banco do Brasil necessitava de papel moeda para socorrer as necessidades prementes de sua caixa; entretanto o ministro lhe prestou um auxílio, mas sob forma cambiais. Sabendo previamente de tudo (...) os bancos estrangeiros elevaram as taxas de câmbio rapidamente de maneira que o Banco do Brasil se viu na contingência de vender as cambiais a taxas elevadíssimas para insignificantes realizações em papel-moeda(...) o auxílio foi absolutamente ineficaz, e o banco teve de tombar levando na sua queda os estabelecimentos congêneres em toda república." (SOUZA, 1925).

É interessante observar que Murinho coloca a culpa do Brasil se encontrar em uma crise monetária na primeira década republicana por causa da política do Encilhamento, iniciada por Ouro Preto/ Rui Barbosa. Tal crise monetária era propiciada devido ao excesso

de emissão de notas e o crescimento desenfreado da produção cafeeira, gerando queda do café no mercado internacional e desvalorização cambial. Porém, vimos tentativas tanto de Ouro Preto como Rui Barbosa em conter a especulação cambial durante o Encilhamento. (MELO, 1996 p. 134).

O ministro Ouro Preto no início da conjuntura do Encilhamento utiliza o padrão ouro, o mesmo utilizado por Murinho (SCHULZ, 1996 p. 78). Já Rui Barbosa tenta controlar a especulação cambial no Brasil através do controle alfandegário. A medida aplicada por Rui Barbosa em sua nova medida fiscal foi a cobrança da cota ouro sobre os direitos de importação. O objetivo do primeiro ministro republicano era fazer face a queda de câmbio e suas oscilações, mas vemos também, de acordo com os escritos do próprio Rui Barbosa, a preocupação de controlar a grande emissão de papéis com a importação: *"o papel superabundante anima naturalmente as temeridades da importação, que o pagamento dos direitos de fronteira em espécie metálica tende forçosamente a coibir"*. (LIMA, 1976 p. 83).

A preocupação dos ministros acusados por Murinho de não conter, ou até favorecer a depreciação cambial no país, fator esse que gerava a crise, fez com que o próprio Murinho fosse vítima. Vemos que seu socorro tardio ao Banco do Brasil foi fracassado pela especulação cambial dos bancos estrangeiros como citamos anteriormente nos escritos de João Ribeiro de Oliveira e Souza. Temos de levar em consideração que em grande parte a especulação cambial que gerou a crise bancária de 1900 se deu devido o país não possuir naquele momento um Banco Central.

Vemos então, outra perspectiva teórica relevante: percebemos a visão que Rui Barbosa via na necessidade de se criar um Banco Central no Brasil. Aliomar Baleeiro expõe que Rui Barbosa se inspirou em Alexander Hamilton, secretário do tesouro norte-americano, criando bancos emissores sob comando de um grande banco nacional. Tal forma seria um meio para fortificar a indústria nacional e amparar os portadores de apólice da dívida do governo. Dentro desse contexto então Rui Barbosa cria os alicerces do capitalismo brasileiro (BALEEIRO, 1949 p. 139).

Um fato interessante que nos leva a refletir sobre a teoria acima exposta foi perceber que como bancos no Brasil naquele período, aproveitando a oportunidade de crédito e

empreendimento nessa conjuntura dentro da crise, nos dão um exemplo claro e relevante dentro de nossa proposta de pesquisa. Direcionando ao nosso objetivo o sistema bancário de Minas Gerais vemos que bancos investiram em ações de empresas exógenas, de poucas referências, impulsionados pelo surto especulativo. Tal surto, imaginavam eles, resultariam em lucros fáceis e prodigiosos.

Observamos que no caso do nosso banco estudado e seu pensamento de cautela e prudência e aplicações financeiras e confiabilidade no crédito, como seus investimentos em ações foram aplicados. Conferimos que o banco aparecia com acionistas de empresas de Minas Gerais sólidas, como a Academia do Comércio, Construtora Mineira e dentre outras que não faliram no momento da crise, resultando assim uma liquidez garantida sob seus títulos (CROCE, 2008 pp. 137-138).

É importante observar também uma análise de Nícia V. Luz. A historiadora defende que a política emissionista de Rui Barbosa sofria oposições de fazendeiros, comerciantes e industriais. O único grupo que apoiava tal medida eram especuladores que já viam meios de lucrarem na Bolsa de Valores (LUZ, 1959 pp.128 a 131).

Através de dados por nós levantados, remetendo o pensamento de Luz ao de João Ribeiro, esse último confirma o fato. Segundo João Ribeiro, a grande emissão efetuada pelo Ministério da Fazenda de Rui Barbosa, gerou uma desenfreada jogatina na Bolsa com valores mobiliários novamente criados (SOUZA, 1925).

Outro fator teórico que nos interessa, é a visão de alguns teóricos que pesquisaram a primeira década republicana e suas crises financeiras, que enxergaram tanto fatores negativos como positivos no interior dessas crises. Esse é o caso de autores como Wilson Suzigan, que, com um trabalho de alta relevância, detectou num momento de crise uma evolução na importação de maquinaria industrial para o Brasil (SUZIGAN, 2000). Vemos também Maria B. Levi apontar como a legislação financeira evoluiu, ficando menos burocrática nas questões referentes à abertura de sociedades anônimas (LEVI, 1994).

Dentro do pensamento explanado acima, destacamos as teorias de Stanley Stein e Gustavo Franco. Stein demonstra que as empresas, no nosso caso bancos, que se constituíram e investiram em ramos sólidos no início da república se mantiveram, porém,

os que iniciaram suas atividades no período mediano e final do *boom* dessa conjuntura tiveram um fim perverso (Stein, 1979).

O interessante do fato levantado por Stein é que existiram bancos que não encerraram suas atividades porque se envolveram em movimentos especulativos, mas sim porque enfrentaram crises que os levaram a ser liquidados sem falirem. Tal pensamento demonstra que, ao contrário de Taunay, Stein não generaliza todo quadro financeiro. Nesse período, a especulação não foi o único motivo de liquidação de bancos, mas sim crises de ordem cambial e desvalorização de um produto principal regional, no caso da zona da Mata mineira, o café (CROCE, 2008).

Dentro do contexto de Stein colocamos o Crédito Real de Minas e percebemos que ele não sucumbiu como os outros bancos, por ter direcionado bem seus investimentos no início da conjuntura, e no momento de crise, com seus investimentos diversificados e garantidos se manteve e se consolidou.

Gustavo Franco detecta que, na primeira década republicana, mesmo com as crises financeiras, empreendimentos sólidos foram constituídos e poucos sobraram após a crise bancária de 1900 (FRANCO, 1990). Percebemos então, que o Banco de Crédito Real de Minas Gerais foi um dos grandes empreendimentos que sobreviveram.

Passando o episódio do contexto nacional para o regional, detectamos divergências teóricas interessantes a serem trabalhadas. João Heraldo Lima aborda que a crise do Encilhamento não apresenta efeitos expressivos na economia mineira (LIMA, 1984 p. 12). Discordamos da colocação expressa por Lima, uma vez que a crise do Encilhamento levou ao fim quase todo o sistema bancário de Minas, sobrevivendo apenas o nosso banco estudado, que pode dar continuidade ao sistema financeiro da região.

Colocamos também em evidência a teoria de Domingos Giroletti, onde o autor aponta que o mercado financeiro da zona da Mata mineira era todo investido no Rio de Janeiro (GIROLETTI, 1988 p. 120). Consideramos que tal questão merece ser revista, uma vez que, existiam sim investimentos de agentes da região mineira alocados no mercado financeiro fluminense, e com a crise estudada, faliram com a crise da Bolsa de Valores. Porém, a consolidação do Crédito Real de Minas, da Cia. Mineira de Eletricidade e outras

empresas de outros ramos setoriais demonstram que, muitos recursos eram reinvestidos em seu local de origem no caso na região de Minas Gerais.

Lembramos também que Maria Teresa de Oliveira efetuou um trabalho sobre o impacto do Encilhamento em Minas Gerais. Porém não discutiremos seu ponto de vista por se tratar de um trabalho direcionado às indústrias têxteis, e nosso foco é o setor financeiro.

Entendemos que, a importância de nosso trabalho dentro do campo teórico visa inserir Minas Gerais e seu sistema bancário no contexto dessas crises da primeira década republicana. Tais crises certamente são um capítulo fundamental na história econômica brasileira.

Minas Gerais exerceu uma participação significativa no interior das duas crises, tanto que na primeira crise uma grande leva de bancos mineiros afundaram com o furacão especulativo do Encilhamento, e na segunda a Crise Bancária de 1900, um banco mineiro foi um dos únicos do país a ficar de pé.

Conclusão

De acordo com Stanley Stein, crises financeiras não são fatos inéditos no Brasil (STEIN, 1979) e podemos ver também que, não são fatos passados. Basta lembrar a crise atual em que vivemos, desembocada pelo mercado financeiro norte-americano. Cabe a nós então contribuir com uma reflexão de como agentes financeiros devem agir para manter um mercado de capitais sempre em um aporte confiável.

Um empreendimento administrado sob a égide da prudência e da cautela, pode suportar crises, se mantendo no mercado com a confiança dos investidores. Esperamos através desse trabalho contribuir na história de empresas. Existe hoje nos meios acadêmicos uma vasta bibliografia referente às crises que citamos aqui, porém propomos dar sentido aqueles que enfrentaram a instabilidade financeira desse período e saíram vitoriosos, como o Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

A preocupação de nosso trabalho visa inserir o Estado de Minas Gerais no contexto da história econômica desse período. Percebemos em um artigo escrito referente à crise bancária de 1900 que somente um banco abriu suas portas depois da tempestade da crise, o

Banco de lavoura e Comércio do Rio de Janeiro. E ainda expandindo o assunto complementa que, *"em 1910 o Brasil possuía 21 bancos comerciais, dos quais 5 eram estrangeiros. Com exceção do Banco do Brasil e de três estrangeiros que operavam nas principais praças do país, os demais operavam nos próprios estados onde foram criados"* (MELO, 1996 p. 140).

Não podemos concordar com as afirmações expressas acima. Minas Gerais participou significativamente do episódio, sendo que além do banco referido pela autora acima que abriu suas portas depois da tempestade da crise, o Crédito real de Minas Gerais também abriu e juntamente com o banco fluminense foi um dos dois sobreviventes. Pode-se contestar dizendo que a autora se referiu apenas a praça fluminense, porém, o Banco de Crédito Real de Minas já atuava na cidade do Rio de Janeiro desde 1894. Essa informação também questiona a posição das informações acima, pois o banco mineiro atuava também fora do estado em que foi criado.

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais dentro desse contexto tornou-se um exemplo claro de nossa concepção. O banco surgiu próximo ao início da primeira década republicana, fez-se valer da oportunidade oferecida pelo plano de auxílio à lavoura em um primeiro momento, investiu com solidez na segunda oportunidade oferecida pela conjuntura, que foi a chance de operar com sua carteira comercial expandindo seus investimentos.

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais demonstrou que para se consolidar em uma conjuntura onde o crédito é o elemento rotor fundamental para sua concretização, basta manter sempre uma frase à sua frente: **Crédito é Confiança.**

Notas:

1 - Dentre os vários bancos que sucumbiram na Crise do Encilhamento em Minas Gerais podemos citar os bancos, Territorial e Mercantil de Minas, Banco de Cataguases, Banco de Leopoldina, Banco de Minas Gerais (Ouro Preto), Banco Popular de Minas (São João Del Rey), Banco Regional do Estado de Minas Gerais, Banco Sul de Minas, Banco de Ubá e Rio Branco e Crédito Mineiro.

2 - Além do laço de amizade entre o Visconde de Monte Mário e o Visconde Ouro Preto, podemos associar também, a participação de importantes nomes ligados ao setor agrário que pressionaram a Corte com suas influências pessoais e políticas para autorização de abertura do Credireal. Entre tais nomes estão Barão de Santa Helena, Visconde de Assis Martins, Visconde de Carandaí, Visconde de Itatiaia, Visconde de Lima Duarte, Barão D'Avelar Resende, Barão de Guaraciaba e Barão de São João Del Rey. Ver: SÁ, Antônioop cit

p.44. Lopes. **Origens de um Banco Centenário**. (História econômica, administrativa, financeira e contábil do banco de Crédito Real de Minas Gerais) Edição Comemorativa 100 anos. Juiz de Fora, 1992 p.40.

3 -A respeito de uma consulta mais detalhada sobre a Academia de Comércio ver: CROCE, Marcus A . **O Encilhamento e a Economia de Juiz de Fora: O Balanço de uma Conjuntura**. FUNALFA Edições. Juiz de Fora, 2008 pp. 180-181-182.

4 - Para constatar a posição de abertura do Banco de Crédito Real de Minas Gerais após a Crise Bancária de 1900 e seu funcionamento na praça do Rio de Janeiro ver: SÁ, Antônio Lopes. **Origens de um Banco Centenário**. Edição Comemorativa. Juiz de Fora, 1978 p. 78. SOUZA, João R. Oliveira. **Banco de Crédito Real de Minas Gerais**. Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1925.

Bibliografia:

- BALEIRO, A . **Rui, um Estadista no Ministério da Fazenda**. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1949. Rio de Janeiro.
- BARBOSA, Rui. **Finanças e Política da República**. In: AGUIAR, Pinto de. **Rui e a Economia Brasileira**. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1971.
- BASTOS, Humberto. **Rui Barbosa, Ministro da Independência Econômica do Brasil**. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1949.
- CARONE, Edgar. **A República Velha (Evolução Política)**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.
- FRANCO, Gustavo B.. **A 1ª Década Republicana**. In: ABREU, M. P.. **A Ordem do Progresso: 100 anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. 11ª ed. Rio de Janeiro, Campos, 1990.
- GIROLETTI, Domingos A .. **Industrialização de Juiz de Fora 1850-1930**. Juiz de Fora, EDUFJF, 1988.
- LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais 1870-1920**. Vozes. Rio de Janeiro, 1981.
- LEVI, Maria B.. **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.
- LIMA, H. M. **3 (três) industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- LUZ, N. V. **Esforço em prol da Industrialização**. São Paulo, *Revista de História*. USP, 1959.
- MASCARENHAS, N. L .. **Bernardo Mascarenhas e o Surto Industrial de Minas Gerais**. Rio de Janeiro, Aurora, 1954.
- PIRES, Anderson. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais. Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira - 1889/1930**. In: 3º Congresso Brasileiro de História Econômica. ANAIS. Curitiba: UFPR, 1999.
- SÁ, A . L. **Origens de um Banco Centenário**. Edição comemorativa do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Juiz de Fora, 1986.
- STEIN, Stanley. **Origens e evolução da Indústria Têxtil no Brasil. 1850/1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SUZIGAN, Wilson. **INDÚSTRIA BRASILEIRA. Origem e Desenvolvimento**. Ed. Hucitec-funcamp. São Paulo. Nova edição, 2000.
- TANNURI, L. A . **O Encilhamento**. Hucitec-funcamp. São Paulo, 1981.
- TAUNAY, Visconde. **O Encilhamento**. Rio de Janeiro, 1893.
- VERSIANI, F. R. **Industrialização e Economia de exportação: experiência brasileira antes de 1914**. In: *Revista Brasileira de Economia* 1 (34). 1980.
- VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.